

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 9155/2009

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 14 de Novembro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Pedro André Mendes Pereira, natural de São Miguel, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido 20/10/1966, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

30 de Abril de 2009. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

201741308

Aviso n.º 9156/2009

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 6 de Maio de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Genabú Fadia, natural de Gabú, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida a 02/03/1986, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

30 de Abril de 2009. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

201741398

Aviso n.º 9157/2009

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 14 de Dezembro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Conceição Felícia da Cunha Lisboa, natural de Conceição, República Democrática de São Tomé e Príncipe, de nacionalidade são-tomense, nascida a 24/07/1937, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

30 de Abril de 2009. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

201741535

Aviso n.º 9158/2009

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 12 de Dezembro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Ernesto João Correia, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido a 02/02/1976, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

30 de Abril de 2009. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

201741592

Aviso n.º 9159/2009

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 15 de Dezembro de 2008, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Jorge Felipe Duarte, natural de Nossa Sr.ª do Rosário, República de Cabo Verde, de nacionalidade caboverdiana, nascido a 20 de Janeiro de 1958, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

30 de Abril de 2009. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

201741454

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Centro de Estudos Judiciários

Declaração de rectificação n.º 1225/2009

Para os devidos efeitos se rectifica o Despacho (extracto) n.º 10660/2009 inserido no *Diário da República* 2.ª série n.º 80 de 24 de Abril de 2009, pelo que na página 16697 coluna 1.ª e coluna 2.ª onde se lê:

«Tribunais Administrativos e Fiscais

Júri A

José Norberto Baeta Queirós, Juiz Conselheiro, Presidente;
Carlos João Ferreira Lobato, Procurador da República;
Joaquim Gil, Advogado;
Manuel Afonso da Silva Pereira Vaz, Professor Universitário;
Sofia Oliveira Pais, Professora Universitária.

Suplentes:

António Santa Cruz Gouveia Videira, Chefe de Divisão;
Aurora Cunha, Docente Universitária;
Ema de Sousa Raposo Inácio, Chefe de Divisão;
Joaquim Moreira Gomes, Procurador da República;
Luís Fernando Correia Mendonça, Juiz Desembargador;
Raquel Maria Resende Duarte de Carvalho, Docente Universitária»

deve ler-se:

«Júri A

José Norberto Baeta Queirós, Juiz Conselheiro, Presidente;
Carlos João Ferreira Lobato, Procurador da República;
Joaquim Gil, Advogado;
Manuel Afonso da Silva Pereira Vaz, Professor Universitário;
Sofia Oliveira Pais, Professora Universitária.

Suplentes:

António Santa Cruz Gouveia Videira, Chefe de Divisão;
Aurora Cunha, Docente Universitária;
Ema de Sousa Raposo Inácio, Chefe de Divisão;
Joaquim Moreira Gomes, Procurador da República;
Luís Fernando Correia Mendonça, Juiz Desembargador;
Maria Luísa Alves da Silva Neto, Professora Universitária;
Raquel Maria Resende Duarte de Carvalho, Docente Universitária.»

30 de Abril de 2009. — O Director-Adjunto, em substituição da Directora, *José António Branco*.

201744979

Despacho (extracto) n.º 11266/2009

Por despacho de 30 de Março de 2009 do Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura:

Licenciada Graça Maria Lima Figueiredo Amaral, Juíza Desembargadora, designada para exercer no Centro de Estudos Judiciários o cargo de coordenadora da formação nos tribunais, no Distrito Judicial de Évora, em regime de acumulação, com redução de serviço, pelo período de três anos, nos termos do disposto nos números 2 e 3 do artigo 84.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2009. (Não carece de fiscalização prévia do T.C.)

30 de Abril de 2009. — O Director-Adjunto, *António Carlos Duarte Fonseca*.

201744257

Despacho (extracto) n.º 11267/2009

Por despacho de 3 de Abril de 2009 do Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura:

Licenciado Nuno Manuel Guimarães Faria Machado Sampaio, Juiz de Direito, designado para exercer no Centro de Estudos Judiciários o cargo de coordenador da formação nos tribunais, no Distrito Judicial de Lisboa, em regime de acumulação, com redução de serviço, pelo período de três anos, nos termos do disposto nos números 2 e 3 do artigo 84.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro, com efeitos reportados a 1 de Abril de 2009.

(Não carece de fiscalização prévia do T. C.)

30 de Abril de 2009. — O Director-Adjunto, *António Carlos Duarte Fonseca*.

201744362